A ERA DA INDETERMINAÇÃO

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Para aprimorar a experiência da leitura digital, optamos por extrair desta versão eletrônica as páginas em branco que intercalavam os capítulos, índices etc. na versão impressa do livro. Por este motivo, é possível que o leitor perceba saltos na numeração das páginas. O conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

A ERA DA INDETERMINAÇÃO

COLEÇÃO

ESTADO de SÍTIO

BOITEMPO
EDITORIAL

Sobre A ERA DA INDETERMINAÇÃO

Quem porventura já entrou num desmanche de São Paulo algo saberá da matéria bruta em torno da qual gira a metáfora organizadora deste livro surpreendente. Na opinião dos autores, a Era da Indeterminação em que ingressamos é este tempo político morto no qual giramos em falso justamente "depois do desmanche" do país. As datas variam. Creio que a expressão entrou para o vocabulário político, com sua óbvia carga de alusão delinqüente, não por acaso nos anos Collor. Referia-se tanto à nova agenda destrutiva do capitalismo quanto ao paradoxal desmonte e revenda peça por peça de uma economia nacional roubada e batida que nunca chegara a ser propriamente nova. A mesma lógica da desintegração aprofundou seu mecanismo de erosão nos dois períodos administrativos subseqüentes, corroendo suas menores células reprodutivas a ponto de se poder dizer que a sociedade brasileira não tem mais forma, embora continue inconfundível em sua identidade desagregada. Porém numa sociedade assim desmanchada, a anomia não vaza. Mesmo estando a vida literalmente pela hora da morte, saída de emergência é o que não falta. Este talvez o principal achado num livro cheio de descobertas heterodoxas. Posso estar enganado, mas tudo se passa como se os autores estivessem mapeando nessa nação adiada, e agora de uma vez por todas, o espantoso laboratório de uma sociedade enfim totalmente administrada. O círculo vicioso da saída de emergência – que se retroalimenta perenizando a insegurança inerente ao precário – vem a ser o que os nossos autores estão chamando de gestão, o complexo gestionário que se instalou no vazio político deixado pelo Estado engolido pelo reino pré-histórico da mais rasa necessidade econômica. O que hoje se chama governo. Nunca houve tanto governo como agora, mas para que haja cada vez mais mercado, ao contrário dos tempos em que havia Estado por causa dos desmandos da mercadoria entregue a si mesma. Não se trata de uma gestão qualquer, mas da administração das populações e instituições sucateadas pelo desmanche, e cuja vulnerabilidade é um risco maior. Legitimado pelo poço sem fundo das urgências de toda ordem, o governo a um só tempo pastoreia o metabolismo social dos pobres docilizados e intensifica a escalada penal no lombo dos recalcitrantes. De desgraça em desgraça, vai funcionando muito bem. Nosso teatro de horrores é hoje uma coleção de best practices saudada – surpresa – pelos gestores da famigerada governança mundial.

Paulo Arantes

"A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência."

Walter Benjamin

Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2007

Coordenação editorial Ivana Jinkings

Editores Ana Paula Castellani
João Alexandre Peschanski

Assistente editorial Vivian Miwa Matsushita

Preparação de texto Mariana Echalar

Revisão Leticia Braun

Capa Guilherme Xavier

Editoração eletrônica Guilherme Xavier

Produção Marcel Iha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

E55

A era da indeterminação / [Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Rizek, organizadores]. - São Paulo : Boitempo, 2007.
(Estado de sítio)

ISBN 978-85-7559-096-6

1. Democracia - Brasil. 2. Cidadania - Brasil. 3. Brasil - Política e governo. 4. Ciência política. I. Oliveira, Francisco de. II. Rizek, Cibele Saliba. III. Série.

07-2190. CDD: 320.981
CDU: 32(81)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada ou reproduzida sem autorização da editora.

1ª edição: julho de 2007

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes
05030-030 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

SUMÁRIO

Apresentação: Depois do desmanche 7
Cibele Saliba Rizek e Maria Célia Paoli

1 DAS INVENÇÕES À INDETERMINAÇÃO

Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento 15
Francisco de Oliveira

2 TRABALHO E SINDICALISMO NA ERA DA INDETERMINAÇÃO

O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? 49
Roberto Véras de Oliveira

Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe: apontamentos em torno de uma pesquisa 71
Leonardo Mello e Silva

3 GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E VIOLÊNCIA: CENAS E POSTOS DE OBSERVAÇÃO

Orçamento participativo em São Paulo: uma invenção de limitado alcance 103
Carlos Alberto Bello

São Paulo: orçamento e participação 129
Cibele Saliba Rizek

Teatro da exceção (figurações) 157
Ana Amélia da Silva
Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa) 195
Vera da Silva Telles

4 POLÍTICA, INDETERMINAÇÃO E EXCEÇÃO

O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política .. 221
Maria Célia Paoli
O momento Lenin 257
Francisco de Oliveira
Brasil contemporâneo: estado de exceção? 289
Laymert Garcia dos Santos
O terror na poesia de Drummond 353
Luiz Roncari

Sobre os autores 371

APRESENTAÇÃO

DEPOIS DO DESMANCHE

Este livro é o resultado do desenvolvimento de um projeto coletivo dos pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Esse projeto, aprovado pela Fapesp, foi desenvolvido entre 2001 e 2005, ainda que suas diretrizes gerais tenham sido concebidas anteriormente, entre 1999 e 2000, momento de transformações que, desde os anos 1990, podiam ser caracterizadas como destituição das possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar. Utilizando a expressão de Roberto Schwarz – o desmanche neoliberal –, o projeto buscava abordar a forma e o fundo desse processo por meio de uma reflexão sobre a política que pudesse dar conta da simultânea violência e banalidade que bloqueavam e rompiam sua própria possibilidade. O título do projeto, "Cidadania e democracia: o pensamento nas rupturas da política", enunciava a urgência de compreendermos nossos "tempos sombrios", que recusam o fortalecimento dos espaços públicos, negam a transparência nas decisões econômicas e políticas fundamentais e tornam inacessíveis as ações de participação que possam de fato fazer diferença. Ao mesmo tempo, procurávamos a possibilidade de conflitos e dissensos que rompessem, pela crítica e pela ação, o fechamento dos espaços que decidem privadamente as questões públicas relevantes, abrindo caminhos possíveis para a democratização do presente.

A opção por examinar a crise e a mudança no Brasil contemporâneo mediante a crise de seus padrões públicos de regulação perseguia uma referência capaz de acolher um duplo objetivo: esclarecer a dinâmica contraditória e o impacto das políticas econômicas neoliberais sobre o espaço

social e político brasileiro, de desarticulação das garantias e direitos sociais, de decomposição das possibilidades de diferentes atores negociarem e proporem alternativas políticas para além do que estivesse já definido; e simultaneamente investigar as distintas tentativas de proposição e dissenso que, no bojo da dinâmica do "desmanche", se configurassem como instituição de outros parâmetros de negociação de interesses e direitos que pudessem ampliar o debate, a arbitragem e a deliberação públicas, refazendo as dimensões da disputa pela cidadania e pela democracia.

Do ponto de vista teórico, o projeto apontava para uma reflexão em diálogo com as categorias clássicas do pensamento social e político brasileiro sobre a elaboração e a disputa democrática e sua crítica: cidadania, esfera pública, conflito, regulação, participação e deliberação deveriam passar pelo crivo de sua conexão com os terrenos específicos de pesquisa que, conectados e contrapostos, poderiam oferecer as cifras para reflexão sobre o presente em cada um dos vetores de investigação: o desmanche da ordem jurídico-política; o deslocamento e a domesticação do campo de conflitos organizado, nas últimas duas décadas; a articulação de uma sociedade civil ancorada em movimentos sociais; e a "desregulação invisível" das relações sociais que surge de formas moleculares de inovação tecnológica e da informação digital em sua associação com o capital global.

Em todos esses conjuntos de questões específicas, procurava-se um elemento comum: a análise, em cada recorte concreto de pesquisa, da possibilidade de o conflito repor os horizontes públicos (institucionais e não-institucionais) e retomar o sentido e a disputa pela cidadania. Dado o contexto mutável e veloz das transformações em curso, essa possibilidade teria de ser seguida em suas próprias tensões e trabalhada no registro histórico dos acontecimentos. Isso significa que o projeto acolhia a idéia de uma dinâmica pouco domesticada pela teoria, sujeita às injunções negadoras e afirmativas da possibilidade da política em um contexto novo, no qual tanto a operação do desmanche quanto as proposições alternativas de um espaço público democrático eram suscetíveis de se enredar discursiva e politicamente.

No início dessa investigação, portanto, as transformações que se aceleravam desde a década de 1990 pareciam configurar um imenso processo de destruição de quase todas as formas e caminhos, institucionais e não-institucionais, pelos quais se conduzia o debate sobre as potencialidades da democracia e da democratização brasileiras. Já sentida a partir dos

anos 1990, mas ainda pouco compreendida, a paulatina desfiguração do mundo, tal como fora descrito pelas categorias clássicas, requeria, a nosso ver, a necessidade de acompanharmos os processos de transformação em detalhe para tentar aquilatar sua dimensão. Era preciso reconhecer a desfiguração das relações entre Estado e sociedade como *acontecimento* – e, portanto, a simultânea necessidade de repensá-los de uma nova maneira. Nos temas e objetos desse desmanche tomavam forma uma violência e celeridade de transformações que apontavam para a perda da potência da política – não apenas no âmbito das imperfeições e inacabamentos de nossa então democracia recente, mas como destruição das possibilidades do campo político como solo e meio pelo qual se poderia aprofundar e realizar a disputa democrática.

No início do projeto, no entanto, esse reconhecimento ainda não era possível. Nesse primeiro momento de diagnósticos, desenhava-se um impacto que se produzia a partir da destruição de direitos, das transformações do mercado falseadas como "modernas", do descaso diante da questão social e do desemprego, do rebaixamento do estatuto do trabalho e da despolitização dos conflitos de classe e dos movimentos sociais autônomos, do aprofundamento da desigualdade, da implantação nas cidades da desmedida e da barbárie da indiferença em relação à miséria, da violência como mediadora da questão agrária, da dilapidação do patrimônio público, das tentativas de desarmar todos os meios de controle público sobre a desmesurada ganância das corporações, da introdução da filantropia e da responsabilidade empresarial como substituição das políticas públicas, enfim, com a desregulamentação acelerada das relações sociais, dos bens e dos espaços públicos. Ocupamo-nos do mapeamento dos processos do desmanche. Isso foi, no entanto, um passo essencial para que outra questão fosse desvendada: a de que a indistinção progressiva de um mundo que perdia sua forma, como exprimiu Francisco de Oliveira em sua metáfora do *Ornitorrinco*, supunha a destruição da política por meio da domesticação das alternativas esboçadas a esse estado de coisas. Isso significava que o terreno mesmo da investigação se apoiava na incerteza da paisagem nebulosa de uma transição sem futuro previsível – "tempos sombrios", para usar a expressão de Hannah Arendt –, sem a clareza que a política revela quando distingue os campos inconciliáveis do conflito de interesses e das lutas por direitos. A questão, portanto, inverteu-se: em vez de inquirirmos o que a palavra "desmanche" exprime diretamente,

acabamos por perguntar: qual mundo se define através de sua operação, o que se constitui para além de suas ruínas? Em outras palavras, constatamos que pesquisar nas situações críticas é colocar-se nas trincheiras do pensamento que se bate contra a indistinção e a opacidade com as quais o mundo se apresenta, contra o que cerceia o pensamento que visa conhecer aquilo que não tem precedentes.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, as respostas a essa pergunta passaram também pela procura e pela atenção às ações de resistência, protesto e crítica que surgiam intermitentemente pela sociedade, na procura de suas possibilidades de conformação como política, capazes de alterar decisões, introduzindo pautas divergentes, quebrando os consensos em que as transformações atuais parecem desaguar. Embora tenhamos reconhecido algumas figuras do dissenso – como alguns movimentos sociais que ainda atuam com independência, alguns recursos formados por novos dispositivos participativos e deliberativos, o uso de recursos simbólicos que denunciam e deslegitimam a violência institucional que perpassa os movimentos agrários e urbanos, bem como a importância, em tese, de certas tentativas de novas invenções políticas institucionais –, chegamos à identificação de uma ordenação que consegue impedir que se formem experiências e comunidades políticas capazes de aparecer como tal, capazes de disputar a possibilidade de fundar sua alteridade como conflito e diferenciação crítica. Assim, tais ações e movimentos são alvos de um discurso que tenta banalizá-los ou desacreditá-los, apontando simultaneamente para o "realismo" de uma marcha cuidadosa para um futuro único, que já está sendo realizado e fora do qual haveria apenas retrocesso. Assim, as diversas propostas que apontam para fora dessa ordenação acabam por ser absorvidas em seu próprio terreno de origem, sem possibilidade de atravessar as fronteiras que as separam de uma aparente normalidade.

Chegamos então ao fim de quatro anos de investigação e debate com um conjunto de resultados, de novas constatações em diálogo crítico com as categorias clássicas do conflito, dos sentidos da política, da constituição e destituição de sujeitos, mas sobretudo com perspectivas de observação transformadas. Novas e velhas questões se colocam a partir de um vocabulário que acabou por deslocar o desmanche neoliberal dos anos 1990 para outro conjunto de palavras: indeterminação; estado de exceção; esgarçamento e reordenação dos sujeitos dos conflitos e disputas

pela democratização, bem como dos horizontes de direitos e de direitos sociais em particular; zonas de sombra; novas opacidades, indistinção entre administração, gestão, técnica e política; um salto histórico e uma refundação às avessas; processos de autonomização e dissolução que permeiam a dinâmica das relações – desde sempre problemática no Brasil – entre sociedade e Estado, entre uma ordem de exceção e sua aparente normalidade, entre os processos de emancipação e democratização e as formas de controle e dominação.

Assim, as perguntas pela disputa democrática acabaram por se reconfigurar no confronto entre um trabalho crítico e conceitual e as exigências impostas pelo trabalho de investigação, apresentadas e discutidas pelos pesquisadores por meio de seminários e encontros nos quais se podiam apresentar temas, momentos de elaboração, panoramas, ainda que, como se poderá verificar nos textos, não se tenha caminhado necessariamente para uma homogeneização de enfoques e perspectivas de análise. Ao contrário, aponta-se para dimensões e momentos diversos em confronto. Esse conjunto, ao mesmo tempo coeso e heterogêneo, se materializa nos textos aqui apresentados, finalizados entre 2005 e 2006, sobre a investigação que cada autor desenvolveu. Em diálogo mais ou menos explícito, mais ou menos convergente com as reflexões de Francisco de Oliveira, as discussões se equilibram em um terreno que, como apontou Schwarz no prefácio ao *Ornitorrinco*, pode ser caracterizado como vertiginoso e inusitado: categorias que "estão em formação, já perderam atualidade, não vieram a ser, trocam de sentido, são alheias etc. O desencontro é a regra"[1]. Nesse desencontro, esperamos poder oferecer um conjunto de contribuições que se traduz em perguntas e chaves explicativas, pistas, atalhos, para que se possa avançar na compreensão do presente, em sua conformação social e política que aparece como que modulada por um vocabulário e uma reflexão que interroga e vislumbra contornos e relações, nas disjunções entre as possibilidades e truncamentos do pensamento e da política.

Cibele Saliba Rizek
*Maria Célia Paoli**

---

1 R. Schwarz, "Prefácio com perguntas", em Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003), p. 16.

* Coordenadora do projeto temático.

1

DAS INVENÇÕES À INDETERMINAÇÃO

POLÍTICA NUMA ERA DE INDETERMINAÇÃO: OPACIDADE E REENCANTAMENTO[1]

Francisco de Oliveira

Introdução

Política no sentido de Rancière é a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui em dissenso[2]. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover. É evidente que o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política. Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção[3], no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política, uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo

---

1 Texto anteriormente publicado em Fernando Teixeira da Silva, Márcia R. Capelari Naxara e Virgínia C. Camilotti (orgs.), *República, liberalismo, cidadania* (Piracicaba, Unimep, 2003).

2 Ver Jacques Rancière, *O desentendimento: política e filosofia* (São Paulo, Editora 34, 1996).

3 Ver Claude Lefort, *A invenção democrática: os limites do totalitarismo* (São Paulo, Brasiliense, 1983).

criado pela proposta/resposta, e isso confere estabilidade ao campo político, mantendo a pauta e a agenda das questões. Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia[4], no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e cultura inventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante. A hegemonia é a produção conflitiva do consenso. Nos termos de Marx e Engels, a ideologia dominante[5].

A "polícia", também nos termos de Rancière, isto é, as operações dos atores dentro do campo inventado, dentro do consenso logrado, estabelecido e imposto – sempre uma combinação de força e de consentimento –, torna-se previsível, jogando às urtigas, pois, a imagem batida de que a política é como as nuvens, que mudam a cada instante. Isso corresponderia à permanente invenção e reinvenção, o que tornaria a dominação não apenas imprevisível, como, no limite, impossível. O que pode mudar como as nuvens são as operações "policiais" no campo demarcado por anteriores invenções/reinvenções. Fica aberta, pois, a possibilidade de investigar as determinações dos movimentos dos atores, que estão ligadas ao uso de linguagens, símbolos, limites, estruturas produtivas, gestados no interior do campo de luta. Em termos da teoria física, a "política" é quântica, enquanto a "polícia" é determinista, Bohr e Einstein[6].

Uma era de invenções

O período entre 1964 e 1990 correspondeu a uma época de forte invenção política no Brasil. A ditadura, ela mesma sinal da impossibili-

---

4 Ver Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere,* org. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999), 6 v., v. 3: *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política* (2000). Ver também de um de seus melhores intérpretes no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (Rio de Janeiro, Campus, 1989).

5 A clássica e insuperável *A ideologia alemã*, que continua sendo a melhor abertura para o tema em questão. [A Boitempo prepara para 2008 uma edição integral dessa obra. (N. E.)]

6 Essa apropriação é evidentemente tosca, e é feita para reforçar a analogia com os elementos de imprevisibilidade e de previsibilidade na política, que correspondem ao dissenso e ao consenso. Em épocas de intensa mudança, a incerteza aumenta exponencialmente, numa espécie de princípio de Heisenberg na política. Para compreender essa apropriação indébita, Abraham Pais, *Sutil é o Senhor: a ciência e a vida de Albert Einstein* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995).

dade de hegemonia, promoveu uma aceleração na transformação das forças produtivas, logrando um crescimento econômico que elevou a média da expansão capitalista nos últimos cinqüenta anos, como ficou reconhecido nos anos do "milagre brasileiro". Tal crescimento deslocou as forças que operavam nos marcos de um desenvolvimento capitalista comandado pelas forças internas, a burguesia nacional à frente, e subsidiado pelas forças subordinadas, sobretudo o proletariado urbano recém-ocupado na indústria, no que a literatura chamou de "populismo", na verdade uma das formas falsas[7] da *longue durée* da revolução burguesa no Brasil[8]. Celso Furtado caracterizaria esse período como de "internalização das decisões", não apenas pelo crescimento da economia na forma de dominação predominantemente da burguesia nacional, como porque a tutela do operariado estruturava a produção de um consenso brutalizado, mas de inequívoca afirmação do espaço nacional, como centro do conflito e das decisões[9].

Esse espaço nacional como centro é também uma tematização central na área da cultura, sobretudo na música popular, com a "bossa nova"– tendo Tom Jobim como emblema de uma geração cuja influência preparou a seguinte, de que foi também coetâneo, liderada por Chico Buarque já a partir dos anos 1970 –, e no cinema, com o "cinema novo" de Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha e suas máximas expressões; talvez menos na literatura, provavelmente porque esta de há muito se formara dentro de uma "tradição" cumulativa que era, ela mesma, um campo de invenções, na perspectiva de Antonio Candido[10]. A bossa nova e o cinema novo buscavam conhecer o país e suas novas classes sociais, operando uma transcendência de classes que a nova base material do

---

7 "As formas do falso" é um belo título de Walnice Nogueira Galvão, de que me utilizo aqui. Mas o falso ainda tinha formas, portanto reprodutíveis, previsíveis. A época de hoje é caracterizada pela ausência de formas, a falta de formas, para adiantar algo da discussão que busco balizar. Para uma crítica da forma de acumulação primitiva e da articulação entre o "moderno" e o "atrasado", isto é, a falsa revolução burguesa no Brasil, ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003).

8 Sobre as formas da revolução burguesa no Brasil e sua impossibilidade radical, ver Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1976).

9 Ver o clássico de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (25. ed., São Paulo, Nacional, 1995).

10 Ver Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (9. ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 2000).

desenvolvimento kubistchekiano propiciava, a primeira centrada na emergência de uma classe média letrada e o segundo baseado numa linguagem que começou muito neo-realista e transitou rapidamente para um registro e estética barroco-românticos para pesquisar as classes populares e, com isso, reinventar a nação[11], uma espécie de saga do "Brasil profundo". Na área da cultura acadêmica, a produção isebiana e a de Celso Furtado são os expoentes máximos da centralidade do espaço nacional, por teorizarem o papel central da burguesia nacional na especificidade do subdesenvolvimento[12], ainda que Furtado não utilizasse o conceito de classes de extração marxista em seus trabalhos. Retrospectivamente, pode parecer surpreendente que a elaboração ideológica burguesa não tivesse São Paulo como epicentro. De fato, o centro era o Rio: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) promovia o desenvolvimentismo, publicava uma revista chamada *Desenvolvimento & Conjuntura*, patrocinava o seminário que lançou em Garanhuns, Pernambuco, em fevereiro de 1959, a nova política para o Nordeste da qual resultou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), enquanto São Paulo elaborava Marx na academia sem relação com os problemas nacionais e a Associação Comercial publicava um indigesto *Digesto Econômico*, que nem sequer chegava aos pés do liberalismo de Gudin e Bulhões, os patriarcas do liberal-autoritarismo brasileiro, que escreviam no *Globo*, que por sua vez se destacava apenas pela coluna de futebol assinada por Nelson Rodrigues. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) havia abandonado o sendeiro aberto por Roberto Simonsen e modorrova sob lideranças inexpressivas do empresariado mais atrasado, enquanto sob suas barbas a indústria automobilística se instalava no ABC e o *Estadão* pregava a obediência à vocação agrícola do Brasil. Mesmo o Partido Comunista do Brasil não resistiu a essa centralidade, e

---

11 Ver Marcelo Ridenti, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Rio de Janeiro, Record, 2000); Jean-Claude Bernadet, *Brasil em tempo de cinema* (2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976); e Roberto Schwarz, "Fim de século", em *Seqüências brasileiras: ensaios* (São Paulo, Companhia das Letras, 1999).

12 Ver Caio Navarro de Toledo, *Iseb: fábrica de ideologias* (São Paulo, Ática, 1977) e as diversas obras de Celso Furtado da época, entre elas *Formação econômica do Brasil*, cit., e *A economia brasileira* (Rio de Janeiro, A Noite, 1954). Mas Caio Prado Jr. já havia antecipado a especificidade do capitalismo no Brasil. Ver, para essa interpretação, Carlos Nelson Coutinho, "Uma via não-clássica para o capitalismo", em Maria Ângela d'Incao (org.), *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior* (São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1989).

a mudança de sua denominação para Partido Comunista Brasileiro (PCB) não foi apenas uma manobra tática para escapar ao estigma de "pau-mandado" de Moscou nos tempos da quente Guerra Fria, mas a assunção da perspectiva nacional como estratégia da transformação socialista da sociedade: o Partidão tornou-se desenvolvimentista[13].

A forma "passiva" ou "prussiana" do desenvolvimento capitalista, aliás a forma de todos os casos de "capitalismo tardio"[14], produziu e requereu uma formidável coerção estatal, que se mostrava de um lado nas fortíssimas empresas estatais e de outro no controle da nova classe trabalhadora. O golpe de Estado de 1964 foi um abalo sísmico no sistema político, que já acusava o deslocamento de atores centrais, como a burguesia industrial nacional e o proletariado como subsidiário da estrutura de poder. Mas o golpe não significou a mudança de "modelo", senão que as exigências do processo de acumulação da industrialização substitutiva requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental – o operariado – e uma acumulação primitiva ainda mais profunda. E não significou uma nova sociabilidade. A ditadura estatizou os setores mais importantes da produção numa escala e abrangência que nenhum nacionalista do período anterior havia sonhado, mesmo as formações de esquerda[15]. E operou sobre o proletariado não apenas mantendo a tutela estatal inaugurada pelo Estado Novo varguista nos anos 1930, mas indo além no controle salarial, sugerindo paren-

---

13 Ver Gildo Marçal Brandão, *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920-1964* (São Paulo, Hucitec, 1997) e Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um sonho: as memórias de um comunista* (2. ed., Rio de Janeiro, Record, 2000).

14 Ver em José Luís Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis, Vozes, 1999, Coleção Zero à Esquerda), a seção "Os 'capitalismos tardios' e sua projeção global", com os artigos de Aloísio Teixeira, "Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia"; José Carlos de Souza Braga, "Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado"; Ernani Teixeira Torres Filho, "Japão: da industrialização tardia à globalização financeira"; e Luís Manuel Fernandes, "Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real". Faltou nesse conjunto apenas um estudo relativo à Itália, também um caso clássico de "capitalismo tardio" e "via passiva", que se pode ver em Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5: *O Risorgimento: notas sobre a história da Itália* (2002).

15 É sabido que o projeto do PCB para a exploração do petróleo, apresentado à Assembléia Constituinte de 1946 por Carlos Marighela, reservava 51% do controle para o Estado brasileiro e abria-se para a participação do capital privado nacional. Ver Luciano Martins, *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985); Gabriel Cohn, *Petróleo e nacionalismo* (São Paulo, Difel, 1968) e Gildo Marçal Brandão, *A esquerda positiva*, cit.

tesco com o que Pollock chamaria de "produção de mercadorias sem equivalência" no caso nazista[16], característica, aliás, também de todos os "capitalismos tardios".

A nova forma do desenvolvimento capitalista levada aos limites pela ditadura militar reforçou o centro de decisões interno, na sugestão de Furtado, mas abriu os flancos para o começo de sua extroversão, na medida em que se apoiou não apenas nos capitais estrangeiros – Kubitschek já havia semi-aberto o portão nos anos 1950 –, mas numa pesada dívida externa no período caracterizado pela literatura como de alta liquidez de capital nos mercados internacionais. Foi na ditadura que se formou o tripé desenvolvimentista empresas estatais–empresas privadas nacionais–empresas multinacionais. Uma parte notável do excedente tomava o rumo do exterior para o pagamento da dívida, com o que se caminhou já nos anos 1980 para uma crise da dívida externa que marcou todo o período e tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização política operada após o encurralamento da ditadura, afinal afastada em 1984. O que a literatura veio a chamar depois de "financeirização" da economia já se insinuava, subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital, e retirando centralidade das decisões internas.

Construiu-se no período, entretanto, uma nova sociabilidade e uma nova política, uma reinvenção da política cuja base social podia ser reconhecida, e da qual as linhas de força emergiam com certa clareza, determinando as opções de política "policial" dentro do campo criado pelas poderosas transformações. As mais importantes operações de construção da agenda estiveram calcadas no permanente "esforço de Sísifo"[17] das classes dominadas, expressas em primeiro lugar no renascimento do sindicalismo sobre novas bases, com a emergência das frações do proletariado que operavam na base produtiva das multinacionais do automóvel, e em segundo lugar, mas não secundário, no deslocamento do campo das políticas sociais operado pelos novos mo-

---

16 Friedrich Pollock, "Is National Socialism a New Order?", apud Martin Jay, *L'imagination dialectique: l'École de Francfort 1923-1950* (Paris, Payot, 1989).

17 Ver Francisco de Oliveira, "Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?", *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Ibase, n. 3, jul. 1998.

vimentos sociais[18], que obrigaram o Estado militar autoritário ao desenho de um conjunto de políticas, verdadeira inovação na *longue durée* brasileira. Para destacar talvez a mais importante delas, a criação da previdência social rural, que deu um novo destaque aos sindicatos rurais, tidos até então como simplesmente de "carimbo", não mais que instituições falsificadas de legitimação da ditadura. Mas não é falso o fato de que o aprofundamento da acumulação de capital a partir do setor I, produtor de bens de capital, criou uma burguesia que, pela primeira vez na história brasileira, internalizou, de fato, a geração do progresso técnico. Não é à toa que os sobrenomes mais expressivos na conjuntura 1970-1990 atendiam por Villares, Bardella, Mindlin e outros do mesmo naipe.

No campo da cultura, outra vez se destacou a música popular, com a geração de 1970: Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Capinam, Edu Lobo, Geraldo Vandré – Tom Jobim, talvez não paradoxalmente, jamais introduziu a política em sua música – aliaram uma extrema sofisticação musicológica à politização anti-regime, pelo que pagaram caro com exílios e uma pesada censura. A literatura dessa vez também não foi notavelmente diferente, e o cinema às vezes enveredou pelo oficialismo de produções pretensamente grandiloqüentes, sob o patrocínio da Embrafilme, e quando não abandonou as pistas do cinema novo para praticar uma técnica mais apurada, mas já não mais politizada. As ciências sociais conheceram uma floração com raízes na oposição à ditadura militar e adubada pela proliferação e pelo crescimento das pós-graduações e da sistematização/ampliação do financiamento para pesquisas, desviando-se da linha "nacionalista" do Iseb e aprofundando o conhecimento dos processos da nova estrutura econômica e social. A linha crítica predominou, e menos uma linha programática no estilo de Celso Furtado e do Iseb.

---

18 Os estudos clássicos sobre essa emergência dos novos atores incluem muitos títulos. Ver especialmente o de Sader, que se tornou paradigmático: Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena: experiências dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988), o de Maria Célia Paoli, "Trabalhadores e cidadania: experiências do mundo público na história do Brasil moderno", *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 3, n. 7, 1989, e o de Vera da Silva Telles, "Anos 70: experiência e práticas cotidianas", em Paulo Krischke e Scott Mainwaring, *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)* (Porto Alegre, L&PM/Cedec, 1986).

A Nova República institucionalizou a redemocratização após a queda da ditadura sob a forma de uma transição feita ainda "por cima", prussianamente, pois o controle da redemocratização ficou *mezzo a mezzo* entre o partido de oposição à ditadura, agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e os amplos "salvados do incêndio" no Partido da Frente Liberal (PFL), mas já fortemente temperado pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) – provavelmente a maior invenção política da história brasileira do século XX depois do PCB, em 1922 –, cujas bases sociais e, para além, simbólicas se assentavam justamente no "novo sindicalismo" ou "sindicalismo autêntico", até a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma das grandes "invenções" do período[19]. A outra grande invenção foi a formação e a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que recolocou na agenda a reforma agrária com uma abrangência e uma radicalidade que ampliaram muito o que havia sido proposto pelas Ligas Camponesas nos anos 1950. A Nova República já foi pensada como uma ruptura, mas, bem observada, ela é a conseqüência da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o golpe militar de 1964, passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política.

Seu programa foi a tentativa de criar uma política que fosse a tradução dos novos interesses criados pela intensa expansão capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação, o que conferia previsibilidade à política. De um lado, a presença do PFL, a metamorfose de parte do partido da ditadura, representava a condução possível do atraso, nos termos freqüentemente utilizados por Werneck Vianna[20], e, de outro, o PMDB, herdeiro do partido da resistência à ditadura, não

---

19 Já dispomos hoje de uma sólida reconstrução, que confere unidade ao processo e repassa toda a ampla literatura sociológica sobre o tema, do surgimento do "novo sindicalismo" ao "sindicalismo cutista", graças a Roberto Véras de Oliveira, *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão* (tese de doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2002). Essa obra será referência obrigatória para a compreensão do sindicalismo no Brasil contemporâneo.

20 Luiz Jorge Werneck Vianna, "A construção da hegemonia no Brasil: uma visão gramsciana", em Raquel Kritsch e Bernardo Ricupero (orgs.), *Gramsci revisitado: Estado, política, hegemonia e poder* (São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998, Coleção Documentos: Série Teoria Política), e *A revolução passiva* (Rio de Janeiro, Revan, 1997), especialmente o capítulo "Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira".

propriamente um partido da burguesia, mas do "interesse nacional", e o novo partido, o dos Trabalhadores, cuja representatividade, inegável, formava o conjunto possível do novo consenso. O surgimento em 1988 do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que preenchia o "lugar sociológico" das novas classes médias[21], parecia acabar a configuração política em estreita relação com a estrutura social. As linhas entre classe e representação, interesses e representação, pareciam tão claras como nunca estiveram na política brasileira, talvez se igualando apenas ao longínquo período da República Velha, quando os interesses da burguesia cafeicultora dirigiram o "atraso" de Minas, e secundariamente o das oligarquias rurais do Nordeste, no "café-com-leite".

A longa indeterminação, que explode com a Revolução de 1930 e se perpetua até praticamente Kubitschek, havia cedido o passo não por supressão, mas pela própria produção de uma nova matriz produtiva que tornava "comunicativa" uma nova matriz discursiva, dando lugar a uma "nova transparência", para aproveitar, invertendo-o, o belo título de artigo clássico de Habermas[22]. Não se trata de um aproveitamento oportunista: o novo período que se abrirá na década de 1990 pode ser trabalhado nos termos de Habermas como uma "nova intransparência", justamente porque a matriz discursiva havia deslizado da centralidade do trabalho – no caso brasileiro, da centralidade dos novos sujeitos produzidos e articulados no longo período 1964-1990 – para a impossibilidade, provisória, para sermos otimistas, de uma nova "ação comunicativa"[23].

Assim, a Nova República foi na verdade, com o benefício da prova *a posteriori*, o epílogo da sociabilidade gestada no período inaugurado pela ditadura militar de 1964. É um epílogo determinado – Einstein – pelas

---

21 Ver Francisco de Oliveira, "A longa espera de Giovanni Drogo", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, n. 19, dez. 1987, em que, tendo como metáfora o personagem do livro *O deserto dos tártaros*, de Dino Buzzati (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984), pensei o lugar de um partido centrado nas modernas classes médias – não na pequena-burguesia – para uma mais completa estruturação do espectro político representativo na política brasileira. O PSDB se cria em 1988 com um programa muito parecido e liderado por algumas personalidades que eu apontava no artigo.

22 Ver Jürgen Habermas, "A nova intransparência", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, n. 18, set. 1987.

23 Jürgen Habermas, *Teoria de la acción comunicativa* (Madri, Cátedra, 1994, 2 v.).

poderosas invenções políticas que não eram suportáveis e não podiam operar nos limites do campo, um salto quântico da política – Bohr. Era falsa, portanto, e apenas "impressionista", a nova transparência. Mal as linhas de força entre classes, interesses e representação emergiam com aparente clareza, elas ultrapassavam as possibilidades da "política policial" no campo demarcado. Central de trabalhadores, movimento de camponeses, direitos sociais ampliados e assegurados ultrapassaram a "política policial", jugulada, por outro lado, pelas tenazes da financeirização mundializada do capital.

O governo Sarney, com Dilson Funaro e a equipe do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no comando da política econômica, tentou rearmar o dispositivo desenvolvimentista com o projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento, vital para a viabilização financeira do tripé empresas estatais–empresas privadas nacionais–empresas multinacionais, e recolocar o centro de gravidade nos dois primeiros termos da equação, que foi soterrado pela crise da dívida externa[24]. Por outro lado, as bases "fordistas" da nova transparência propunham a rearticulação do pacto, agora incluindo o "sindicalismo cutista": Lula alcançou a metade dos votos na eleição de 1989. Collor era a indeterminação elevada à décima potência: seu messianismo revelava a impossibilidade de uma política que ligasse classes, interesses e representação. Em termos weberianos, o reencantamento do mundo, ou, nos termos de Marx, a radicalização do fetiche. Uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro[25]. Mesmo as câmaras setoriais, em particular a do setor automotivo, que reergueu a produção das montadoras e de autopeças do fundo do poço, ainda se estruturavam sob o signo da sociabilidade "fordista" e da política como representação de interesses. Seu êxito fugaz, que entusiasmou entre muitos este autor, foi simplesmente aplastado pelo novo trator da era da globalização, nas mãos de Fernando Henrique

---

24 Uma excelente exposição sobre a conjuntura e os desdobramentos operados pela política econômica do período neoliberal encontra-se em Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida, *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002).

25 Ver Francisco de Oliveira, "Passagem na neblina", em Francisco de Oliveira, João Pedro Stédile e José Genoino (orgs.), *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo* (São Paulo, Perseu Abramo, 2000).

Cardoso no Ministério da Fazenda em 1994 e, a partir de 1995, na Presidência da República[26].

Uma era de indeterminação

A "financeirização" do capitalismo, a forma específica da mundialização do capital na expressão de François Chesnais[27], chamada equivocamente de "globalização", abriu as comportas dos sistemas monetários e financeiros de cada capitalismo nacional. As dívidas externas, contraídas ainda no período chamado de grande liquidez – anos 1970 – foram, para a periferia do sistema, inclusive para o Brasil e para a América Latina, as primeiras formas da mundialização, ao lado evidentemente da forte presença das multinacionais. Mas estas operavam ainda num campo determinado pelas decisões internas, como Furtado sublinhara. A dívida externa extroverte o processo.

A acumulação de capital nas economias líderes do desenvolvimento capitalista havia gestado um progresso técnico que elevou a produtividade do trabalho a níveis tão elevados que, de fato, parecia que o consumo de trabalho vivo de uma parte ponderável da força de trabalho começava a ser irrelevante: uma "massa marginal", não-funcional para a acumulação de capital, nos termos de José Nun, que,

---

26 Ver Francisco de Oliveira et al., "Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, n. 36, jul. 1993; e "Apocalypse Now: o 'coração das trevas' do neoliberalismo", em Francisco de Oliveira e Álvaro Comin (orgs.), *Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística* (São Paulo, Entrelinhas/Cebrap, 1999). Os demais textos do mesmo livro constituem também excelentes reconstrução, discussão e problematização da experiência da câmara setorial do setor automobilístico. Ver também Glauco Arbix, *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística* (São Paulo, Scritta, 1996). Leonardo Mello e Silva foi mais cauteloso e viu mais de perto a dificuldade de generalização em seu *A generalização difícil: a vida breve da câmara setorial do complexo químico* (São Paulo, Annablume/Fapesp, 1999).

27 Ver seu já clássico *A mundialização do capital* (São Paulo, Xamã, 1996). Chesnais reviu mais tarde sua posição, que ainda se ancorava numa concepção da financeirização subordinada ao capital produtivo, para uma posição mais radical: a da autonomização da esfera financeira. Ver seu artigo "La théorie du régime d'accumulation financiarisé: contenu, portée et interrogations", 2002, disponível no site da Attac: <http://www.attac.org/fra/list/doc/chesnais4.htm>.

aliás, pode ser considerado o precursor de toda a discussão sobre a perda da centralidade do trabalho, depois de Bernstein. Toda a literatura sociológica acusou o golpe e, além de Nun, desde Gorz se disse "adeus ao proletariado", que havia perdido ou consumido suas "energias utópicas" no novo arranjo que deslocava sua antiga centralidade e a substituía pela "ação comunicativa"[28]. A combinação de trabalho barato com a financeirização do capital gerou o fenômeno formidável da sobredeterminação do capital financeiro em relação ao capital produtivo, talvez sem paralelo com qualquer outra época do sistema, embora algumas vozes insistam em dizer que a performance do capital financeiro apenas repete as extravagâncias da *belle époque*. Movimentos em tempo real do capital, que transitam entre bolsas e mercados financeiros com a rapidez da luz; o deslocamento de fábricas para periferias tão remotas que antes não contavam nada para a acumulação mundial, como Coréia do Sul e Taiwan, agora Indonésia, Malásia, Filipinas e sobretudo China; uma enorme massa de capital financeiro em circulação; uma especulação bursátil que confirmava essa massa, que mal se sustenta nos dias de hoje e que, na interpretação de Chesnais, é o sinal de sua fragilidade; um capital de imagens que torna a marca seu principal *atout*[29], comandado por uma digitalização e uma molecularização[30] que mudaram radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano, e permitem uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os cons-

---

28 Os textos que se tornaram clássicos são José Nun, "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, v. 2, n. 2, jul. 1969; André Gorz, *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro, Forense, 1982); Jürgen Habermas, "A nova intransparência", cit., e *Teoria de la acción comunicativa*, cit.; e Claus Offe, "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 10, jun. 1989. Nun voltou à carga já nos anos 1990, numa atualização do texto dos anos 1970: "O futuro do emprego e a tese da massa marginal", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, n. 56, mar. 2000. Robert Castel voltou ao tema, de outro ângulo, em seu *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Petrópolis, Vozes, 1998).

29 Ver Isleide Fontenelle, *O nome da marca* (São Paulo, Boitempo, 2001).

30 Ver Laymert Garcia dos Santos, "Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo". Palestra no seminário *Democracia e Socialismo*, Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, São Paulo, 4 de junho de 2001.

trangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe, que, nos termos de Thompson[31], requer sempre sua própria auto-invenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal lograda pelo sistema capitalista.

Tal é a contra-revolução de nosso tempo. A sociabilidade plasmada na época do trabalho como categoria central, do trabalho fixo, previsível a longo prazo, base da produção fordista e do consenso welfarista, dançou. Apesar das eternas relações assimétrico-defasadas com a política, há poucas dúvidas de que o impacto sobre esta última um dia chegaria, e talvez seja este o cerne da indeterminação. Sistemas políticos longamente amadurecidos no consenso welfarista, tolerâncias crescentes à sombra do crescimento e reconhecimento dos direitos humanos estão cedendo o passo às novas intolerâncias – não apenas nos Bálcãs, lugar da eterna desesperança, nem apenas no miolo do conflito árabe-israelense, Waterloo de todos os napoleões da diplomacia ocidental nos últimos cinqüenta anos, mas no coração do Império, onde o Onze de Setembro de 2001 foi a espoleta detonadora de tensões longamente acumuladas, no renascimento de uma direita claramente fascistóide desde a Áustria mozartiana à Holanda suma da democracia tolerante, chegando à França, que se uniu em torno de um notório direitista como Chirac para salvar-se do fascismo um tanto *à la* Mussolini mas veraz de Jean-Marie Le Pen[32]. Os Estados Unidos, sob as botas texanas de Bush II, estão fazendo seus clássicos direitos liberais recuarem à época pré-Founding Fathers, reintroduzindo graves discriminações entre seus próprios cidadãos, institucionalizando a delação, criando uma polícia política pela primeira e inusitada vez em sua história, tornando insuportável a vida dos *estrangeiros* (no sentido profundo de Camus) em sua sociedade; muitos destes, há décadas aceitos e instalados no país, estão retornando aos seus países de origem, mesmo que ali sejam recebidos por uma sociabilidade também em frangalhos, preferível, no entanto, à ameaça permanente da delação. Os sombrios temores de

---

31 Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 v.), v. 1: *A árvore da vida*, e também a autora mais thompsoniana do Brasil, Maria Célia Paoli et al., "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico", *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1984.

32 Ver o artigo de Luis Favre, "O paradoxo francês – as eleições de 2002", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, n. 63, jul. 2002.

Adorno em seus clássicos textos de *A personalidade autoritária* parecem confirmar-se cinqüenta anos depois[33].

O impacto sobre a periferia latino-americana não poderia ser menos que devastador, Brasil *y compris*. A lista seria longa e nos levaria a nos afastar cada vez mais de nosso principal objetivo: tentar resumir a indeterminação no Brasil. Mas a Argentina não poderia faltar como o exemplo mais desastrado de uma sociedade que havia sido, no começo do século XX, uma das cinco principais economias capitalistas de seu tempo, tendo avançado na construção de uma sólida classe média, com níveis de urbanização e alfabetização que, não sem razão para o orgulho dos argentinos, a tornava um país desenvolvido, não latino-americano em sua economia e estrutura social, como o perfil parisiense de Buenos Aires o confirmava. No outro extremo, a Colômbia, onde a institucionalidade já nada significa, onde o Estado perdeu a capacidade de impor o monopólio da violência, onde as relações entre a sociabilidade e a política institucionalizada são praticamente irreconhecíveis. Mesmo que uma fortíssima repressão, uma militarização total do Estado dê a impressão de recuperação do controle legal da violência, a essência do monopólio legal da violência, como lembra Wanderley Guilherme dos Santos, é que a lei deve controlar a violência à distância, sem a presença da polícia ou de forças similares: é essa a diferença crucial do Estado democrático de direito. As razões podem parecer diversas, e o são fenomenologicamente: no caso argentino, a falência é de imediato reconhecível tendo como causas uma longa desindustrialização e a aplicação *à outrance* do receituário neoliberal, enquanto no caso colombiano é uma sociabilidade gangrenada pela explosiva combinação de narcotráfico, guerrilha e paramilitares de direita que decretou a inutilidade do Estado; a ponte entre os dois casos é dada pela absolutização do mercado, representada pelo ultraliberalismo de Carlos Menem/Domingo Cavallo, e

---

33 "Nós nos 'sentimos livres' porque nos falta a própria linguagem na qual poderíamos formular nossa ausência de liberdade. [...] Ou seja, nossas próprias 'liberdades' servem para mascarar e sustentar nossa ausência mais profunda de liberdade" (Slavoj Žižek, "O paradigma da ideologia", *Folha de S.Paulo*, 4/8/2002, Caderno Mais!). Ver Theodor W. Adorno et al., *La personalidad autoritaria* (Buenos Aires, Proyección, 1965). Adorno escreveu com Frenkel-Brunswik Sanford e Else Levinson o capítulo VII, "Medición de las tendencias antidemocráticas implícitas" e isoladamente os capítulos XVI, "Los prejuícios através de las entrevistas", XVII, "La política y la economía en las entrevistas", XVII, "Algunos aspectos de la ideología religiosa revelados por las entrevistas", e XIX, "Tipos y síndromes".

pela forte dependência da Colômbia das receitas da exportação de cocaína (maiores que as receitas de exportação de atividades produtivas legais). Paradoxalmente, a absolutização do mercado, ou sua autonomização, como chamei recentemente[34], desfaz as relações mercantis de contrato, no caso austral pela impossibilidade da cobrança – de que o *corralito* é hoje a expressão mais dramática – e no caso colombiano porque o negócio da cocaína somente pode ser regido pelo código do "tudo ou nada", dada a enorme rentabilidade do negócio ilegal que torna o risco inteiramente desproporcional e logo não contratualizável. Nos dois casos, desaparecem a alteridade, a previsão do movimento dos atores e, nesse diapasão, a política. Há uma forte "privatização" no sentido arendtiano: os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, à insegurança, que decorre exatamente da "privação" do espaço público e da alteridade. A esfera pública é sempre uma suspensão do Estado hobbesiano: sua dissolução significa a volta aos conflitos primitivos, em que o objetivo é eliminar o inimigo. Quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta. Não pode haver "política", nem "polícia": há apenas administração[35].

O caso brasileiro apresenta-se menos espetacular que o da Colômbia e parece não ter chegado ao extremo argentino. Mas a piada do "efeito Orloff", segundo a qual somos a Argentina de ontem, não é inapropriada, e os números dos assassinatos e o controle do narcotráfico sobre favelas e populações pobres nas grandes cidades brasileiras sugerem, de maneira não muito forçada, uma "colombianização". Na virada dos anos 1990, a exasperação da inflação, que havia chegado à casa dos 89% ao mês, jogou por terra a longa acumulação de todo o período anterior. Um salvacionismo intenso percorreu a espinha dorsal da sociedade, varrendo as relações entre classes e interesses, representação e política. Uma perversa pedagogia da inflação havia castigado duramente os valores democráticos que são exceção na já longa história da República, e a sociedade inteira clamou por uma mudança radical, drásti-

---

34 Francisco de Oliveira, "Resistirão a república e a democracia?". Texto apresentado no seminário *Questões do republicanismo contemporâneo: dilemas do republicanismo democrático no Brasil*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, maio de 2002 (inédito).

35 Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989).

ca e rápida. Dois códigos ofereceram-se para decifrar a esfinge. O primeiro era representado por Luiz Inácio Lula da Silva, detentor do capital simbólico do "sindicalismo autêntico", representante da representação de interesses de classe, então ainda com a promessa de mudança para uma sociedade socialista. Mesmo a *débâcle* do "socialismo real", recente na época, não havia afetado maiormente essa relação no Brasil. O segundo encarnou-se em Fernando Collor de Mello, olhos esgazeados, pupilas dilatadas, carisma irrepreensível, imprecando contra os "marajás", contra todo o sistema político, lançando a ponte diretamente ao povo, passando por cima de toda institucionalidade: com um golpe de *ippon*, o golpe perfeito, liquidaria a altíssima inflação, a corrupção governamental, o sistema político apodrecido. Ele mesmo era o portador do apocalipse da globalização, a qual jurou implantar, a ferro e fogo, num Brasil fechado, provinciano, produtor de carroças em vez de automóveis. Capital e trabalho eram, no Brasil, patrimonialistas, inimigos do povo, em sua imprecação.

Essa história já foi contada em prosa e verso[36]. Convém relembrar aqui os eixos centrais da nova conjuntura, que desfizeram a sociabilidade anterior e tornaram caduco o campo de invenções do longo período 1964-1990. O momento "quântico" foi dado pela aceleração da inflação, que pela intensidade e níveis alcançados desbordava do campo de conflitos estabelecido e sancionado legalmente na Constituição de 1988. Resolvida, ainda nos termos constitucionais, por meio de eleições a questão da predominância no campo de forças criado, começou – para datá-lo de certa forma – o trabalho de "desmanche" – o termo é de Roberto Schwarz[37], que inspirou toda uma linha de pesquisa no Cenedic[38] – da sociabilidade gestada no longo período assinalado. Desregulamentação do mercado, abertura indiscriminada às importações, perda do controle cambial, financeirização total da dívida interna e da dívida externa e, não menos importante, a construção do discurso com

---

36 Trabalhei sobre essa conjuntura em *Collor: a falsificação da ira* (Rio de Janeiro, Imago, 1992).

37 "Se for assim, o que está na ordem do dia não é o abandono das ilusões nacionais, mas sim a sua crítica especificada, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo" (Roberto Schwarz, "Fim de século", cit.).

38 Maria Célia Paoli resume esse programa de pesquisa na "Introdução do relatório" de pesquisa do projeto temático Fapesp "Cidadania e democracia: as rupturas no pensamento da política", Cenedic, FFLCH-USP, 2001.

o qual se acusava os adversários de "corporativismo", negando a "ação comunicativa" anterior e tentando instaurar uma nova sociabilidade, cuja matriz central era tanto o discurso liberal da iniciativa dos indivíduos quanto a desregulamentação e o desmanche que davam bases materiais à nova "ação comunicativa".

O período de Fernando Henrique Cardoso aprofundou, num grau insuspeitado, o desmanche iniciado. Privatização total das empresas estatais, deslocando o campo de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais–empresas privadas nacionais–empresas multinacionais, que deslizou para a predominância da última nos principais eixos da acumulação de capital[39], extrovertendo o centro de decisões e tornando irrelevante um conjunto de associações públicas construídas em torno das empresas estatais, como sindicato de petroleiros e associação de engenheiros da Petrobrás, por exemplo[40]. A relação Estado–burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras. Reforma da carreira dos funcionários públicos, pesado ajuste nos salários, uma às vezes sutil e muitas vezes declarada modificação no estatuto do trabalho, que buscava desregulamentá-lo e deixar ao "mercado" a resolução de litígios e contratos, emoldurado num discurso que apropriava antigos temas das reformas, anulando o dissenso, privatizando a fala e destruindo a política, o período FHC completou o desmanche conforme sua promessa de superar a era Vargas[41].

---

39 Estimativas sugerem que a parte do PIB sob controle de multinacionais é da ordem de 50% a 60% do mesmo PIB, valor nunca alcançado mesmo se comparado à época da República Velha, quando o capital privado estrangeiro predominava nos transportes ferroviários e urbanos e na eletricidade. O termo "tripé" foi criado por Peter Evans para designar a associação, em igualdade de controle patrimonial, dos capitais das empresas estatais, das privadas nacionais e das multinacionais. As empresas petroquímicas foram o modelo dessa associação. Ver Peter Evans, "Informática: a metamorfose da dependência", *Novos Estudos Cebrap*, n. 15, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, jul. 1986.

40 Sobre a greve dos petroleiros, ver Cibele Saliba Rizek, "A greve dos petroleiros", *Praga*, São Paulo, Hucitec, n. 9, 1998, e também Edson Miagusko, *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão* (tese de mestrado, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2001).

41 Ver Francisco de Oliveira, "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal", em Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.), *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global* (Petrópolis, Vozes, 1999).

Parecia ter chegado o momento longamente esperado da hegemonia burguesa no Brasil: uma sociabilidade marcada pela "lei de Gérson", vale dizer, um truncamento individualista feroz, fruto antes da profunda desigualdade que da disputa das oportunidades, descendo do alto da pirâmide social até os degraus mais baixos dos infernos das favelas, celebrava (?) a vitória da burguesia e do capitalismo. Antigas clivagens regionais, as quais haviam impedido que o domínio econômico de São Paulo se transportasse por inteiro para a política, foram amalgamadas num bloco indiscutivelmente liderado pela aliança da elite universitária paulista com os grandes empresários, lastreado na mudança da estrutura social que unificou as classes sociais de norte a sul. A coalizão política não podia ser mais "representativa", nem mais ampla: articulada pelo grupo paulista universitário-empresarial, incluía poderosas lideranças regionais, novos e velhos coronéis, oligarcas de quatro costados. Um espectro político que agrupava em torno da vanguarda intelecto-burguesa o amplo naipe do "atraso", com suas modulações intermediárias. O sonho "gramsciano" (?) da hegemonia: para conduzir o "atraso" sem o qual não se governa, uma vanguarda preparada nas caldas da contemporaneidade produtivo-financeiro-intelectual. Um cosmopolitismo *nouveau*, *à la* brasileira, *comme il faut*: professores da USP, príncipes da sociologia, mestres do pensamento racional da Fundação Getulio Vargas (FGV), engenheiros da Politécnica, novos intelectuais de origem popular elitizados, economistas com experiência internacional do capitalismo financeirizado, consultores-gângsteres, altos empresários, coronéis do sertão e coronéis da cidade. É fácil reconhecer-lhes os perfis. Mas, sem dúvida, nas palavras de Favre ao se referir à França, "raros são os países em que o Estado consegue dar plena visibilidade à tradução jurídico-institucional das relações de força entre os diversos segmentos da sociedade"[42]. A frase poderia se aplicar inteiramente ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

As mudanças foram avassaladoras. Pelas indicações a partir de trabalhos como os de Aloysio Biondi[43], provavelmente entre um quinto e um quarto do PIB brasileiro mudou de mãos nos anos FHC, no bojo das

---

42 Luis Favre, "O paradoxo francês", cit.

43 Ver Aloysio Biondi, *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (São Paulo, Perseu Abramo, 1999) e *O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua* (São Paulo, Perseu Abramo, 2000).

privatizações e fusões. A dívida interna pública cresceu dez vezes entre 1994 e 2002, e hoje corresponde a mais de 50% do PIB, indicando que a produção expressa no PIB requer outra metade de riqueza social virtual para sua sustentação, que somente se materializa via coerção do Estado; dívidas do Estado teoricamente querem dizer que a produção de valor não pode ser sancionada pelo valor, isto é, o consumo não pode se realizar e a dívida pública é uma forma de adiantamento do valor que não se realiza[44]. Mas uma dívida externa pesada, como no caso brasileiro e da periferia latino-americana em sua maior parte, significa dizer que a sustentação de uma realização do valor interno requer o capital externo global, e essa é a nova forma do capitalismo financeirizado. Somadas as dívidas interna e externa, chega-se a algo como 80% do PIB brasileiro, isto é, o adiantamento do valor do PIB requer uma massa quase igual para simplesmente manter a produção nos medíocres patamares do período FHC. O paradoxo ou, mais fortemente, a contradição é que o pífio crescimento do PIB não se sustenta sem o adiantamento virtual do lucro que as dívidas representam. Essa é a nova natureza do capitalismo global financeirizado na periferia.

No caso brasileiro, assim como no da Argentina, as novas dívidas financiam a renovação da antiga, e ocorre uma esterilização da capacidade produtiva do país. A realização é apenas virtual, o caso clássico do capital fictício previsto por Marx[45]. A crítica não tem logrado atingir o "coração da matéria" da dívida e em todas as versões, da direita como da esquerda, trata-se apenas de má administração ou da vulnerabilidade externa provocada pela insuficiência dos saldos da balança comercial. Na interpretação de Laymert Garcia dos Santos[46], já citado, é sobre o valor virtual que hoje se realiza o capitalismo. Nessas condições, só o capital financeiro sai lucrando, mas isso tem claros limites, como o caso argentino não se cansa de reiterar: a fração dos juros no PIB, para pagar a dívida interna e a externa, cresce até provocar uma retração do investimento produtivo – o

---

44 Para essa elaboração teórica, ver Francisco de Oliveira, "O surgimento do antivalor", em *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita* (Petrópolis, Vozes, 1998, Coleção Zero à Esquerda).

45 Karl Marx, *El capital: crítica de la economia política* (Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1973), v. 3, capítulo XXV, "El crédito y el capital ficticio".

46 Laymert Garcia dos Santos, "Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo", cit.

que assinala, desde logo, que o capital fictício ou virtual permanece ligado ao produtivo – e por esse movimento chega o momento de realizar o valor, quando então o castelo de cartas desaba. Os principais bancos estrangeiros já deixaram a Argentina, e o *default* da dívida transformou-se em prejuízo para o sistema financeiro. Alan Greenspan, o presidente do Federal Reserv (Fed), advertiu para o fenômeno – não nesses termos, que evidentemente se inspiram na teoria marxista do valor –, quando assinalou a "exuberância irracional" da valorização das ações na economia norte-americana, prevendo o dia da cobrança do valor, que afinal chegou. A falência de grandes conglomerados, como a Enron e a World Com, é exatamente o "castelo de cartas"[47].

O trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho, e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002, segundo a metodologia conservadora do IBGE; entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas, transita, entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira. Na Grande São Paulo, uma pessoa em cada cinco estão sem emprego, e mesmo sem ocupação. O cinturão de pobreza alargou-se para incluir mais de 50% da população, e um terço vive abaixo do que se convencionou chamar "linha de pobreza"[48]. Tal situação deve-se sobretudo ao aumento da produtividade do trabalho, combinado com a privatização e a desnacionalização, sancionados semanticamente pela desqualificação dos atores. É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor ao operar sobre formas desorganizadas do trabalho[49]. A desigualdade na distribuição da renda só piorou, em virtude

---

47 A porcentagem do lucro financeiro nos PIBs argentino e brasileiro é enorme, maior do que a que ocorre nas economias dos países do centro capitalista, o que indica, desde logo, sua insustentabilidade no longo prazo e o caráter da financeirização do capital.

48 Ver Jorge E. Matoso, *O Brasil desempregado* (São Paulo, Perseu Abramo, 1999) e Marcio Pochmann, *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil* (São Paulo, Contexto, 2001).

49 No Brasil, o fenômeno é escondido pelo fato do aumento do desemprego; mas, se se calcular a produtividade do trabalho levando-se em conta apenas a fração do trabalho sob contrato formal, ressaltará de imediato o salto de produtividade obtido. A contradição reside em que é esse salto na produtividade que alimenta o trabalho informal, sobre o qual não se pode estimar a produtividade, justamente porque lhe falta a relação com o capital. Trata-se de um novo processo no capitalismo mundial, cujas expressões são ainda mais fortes na periferia. Nun tratou o fenômeno como confirmatório da tese da "massa marginal", quando o que está em curso é justamente o contrário.

de que as formas desorganizadas do trabalho não têm como acessar os mecanismos distributivos que no capitalismo estão ligados ao trabalho sob contrato formal. A sociabilidade centrada no trabalho não pôde resistir, e a vitória ideológica do capital transformou-se numa guerra de todos contra todos. Há, para voltar a Arendt, uma supressão ou esvaziamento da esfera pública, em que os atores podem escolher por reflexão e não apenas como massa, e a privatização da vida, posto que não há o que deliberar. Tal como na Colômbia, Bolívia e Peru, onde a produção agrícola não pode concorrer com as plantações de coca, nas periferias das grandes cidades o narcotráfico e o crime organizado nos padrões do capital[50] são o escoadouro para o desemprego. Os pobres se matam entre si[51], e as classes médias andam de vidros levantados em seus carros para toscamente se defenderem dos assaltos à luz do dia, enquanto os grandes empresários trafegam de helicóptero *dentro* das cidades. Assim, em lugar de uma hegemonia burguesa que se alimentasse das "virtudes" cívicas do mercado, requer-se permanentemente coerção estatal, sem o que todo o edifício desaba. Nem sequer a sociabilidade da concorrência encontra guarida entre as empresas e os empresários; a passagem do patrimonialismo para o capitalismo oligopolista deu-se aceleradamente, e uma auto-regulação do mercado a partir dos próprios interesses do capital, que ajudasse no arraigamento de uma cultura ética da concorrência, uma virtude cívica do liberalismo clássico, base, entre outras coisas, dos achados de Tocqueville

---

50 As gangues no Rio e São Paulo se autobatizaram Comando Vermelho, Terceiro Comando da Capital e outras denominações que lembram organizações militares e da guerrilha urbana. Na verdade, trata-se de organizações paramilitares, o que de novo lembra a Colômbia. Operam redes de comunicação baseadas na telefonia celular, com estruturas hierárquicas "weberianas" que copiam as grandes corporações capitalistas. As ordens baixam do topo à base, eliminando o acaso e a iniciativa criminosa individual. Não há mais criminalidade ao acaso do ponto de vista do crime, e para a população civil o acaso tornou-se tão denso que já não é mais acaso: é certeza. Noam Chomsky disse no II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2002, que o paradigma do crime organizado é o capital financeiro. As organizações das gangues confirmam o incisivo *insight* do famoso ativista norte-americano. O filme de Fernando Meirelles, *Cidade de Deus*, baseado no romance de Paulo Lins, é hoje a melhor representação dessa "sociabilidade" primitiva e gangsteril, confirmando uma nova estética, que se afasta tanto do neo-realismo quanto do romantismo barroco, linha também do filme *O invasor*, de Beto Brant. Há uma nova estética sendo elaborada.

51 Ver Maria Inês Caetano Ferrera, "A ronda da pobreza: violência e crime na solidariedade", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, n. 63, jul. 2002. O posfácio deste autor ao artigo de Maria Inês radicaliza os achados da pesquisa.

sobre a "democracia na América", não conseguiu firmar-se no Brasil; tanto aos olhos da sociedade quanto na prática do empresariado, a lei é a do vale-tudo[52]. Na fórmula gramsciana de consenso mais coerção, a porção de coerção continua sendo a mais importante e por isso não há nenhuma possibilidade de "interesses bem compreendidos" tocquevillianos, e a república não nasce da "virtude" do mercado[53]. Uma espécie de "exceção permanente" schmittiana[54] que anula as possibilidades de *virtù* da sociedade civil, entendida esta no sentido de blocos de interesses organizados que se demarcam entre si e com relação ao Estado. Um movimento browniano incessante de acomodações e reacomodações, de deslocamentos e deslizamentos, de pesados ajustes de contas, que ultrapassa os limites do consenso da "política policial" e não chega a formar outro campo de conflito, em que exatamente a operação de um novo consenso possa ser "política". Trata-se de "ação anticomunicativa". De uma falta de formas, sem as quais a política não se faz[55].

Em seu lugar, a autonomização do mercado, que não deve ser pensada como o lugar da autonomia cidadã da tradição liberal clássica, mas o seu

---

52 Carlos Alberto Bello estudou a conjuntura em que uma ação regulamentadora da concorrência no Brasil teve um breve espasmo em sua tese de doutorado, de 1999, publicada pela Boitempo com o título *Autonomia frustrada: O Cade e o poder econômico* (2005). A chave da análise de Bello é nitidamente habermasiana e estrutura-se a partir das noções de legitimidade.

53 Para uma excelente discussão do tema, ver Marcelo Gantus Jasmin, "Interesse bem compreendido e virtude em *A democracia na América*", e Luiz Jorge Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho, "República e civilização brasileira", em Newton Bignotto (org.), *Pensar a República* (Belo Horizonte/São Paulo, UFMG/Edusp, 2001).

54 Para uma discussão sobre Carl Schmitt, ver Annie Dymetman, *O período weimariano como uma hermenêutica do excesso: o caso de Walter Benjamin e Carl Schmitt* (tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 1999) e também Ronaldo Porto Macedo Júnior, *Carl Schmitt e a fundamentação do direito* (São Paulo, Max Limonad, 2002) e "O decisionismo de Carl Schmitt", *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 32, 1994.

55 Aqui aparece um dos mais instigantes paradoxos da situação brasileira: a participação da cidadania na política aumentou extraordinariamente no Brasil nos últimos cinqüenta anos, sobretudo pela ampliação do colégio eleitoral e diversificação da "oferta política", nos termos de Wanderley Guilherme dos Santos. O voto obrigatório ajudou a romper o mandonismo local, mesmo nos lugares mais empedernidamente oligárquicos do Brasil. Também o exponencial crescimento do associativismo civil leva água na mesma direção. É nessas condições muito favoráveis que se dá, contraditoriamente, a perda da representatividade. Ver Wanderley Guilherme dos Santos, "A universalização da democracia" (texto preparado para um projeto de reforma política, São Paulo, Instituto Cidadania, 2002, inédito).

contrário. A "autonomização" quer dizer que *não há regras mercantis*, é *o mercado para além de si*, um permanente *ad hoc*, em que não se fixam contratos. Em grande medida, esse processo tem sua raiz na financeirização dos Estados nacionais, e é igual à incerteza que se inscreve nos negócios ilícitos do narcotráfico e do contrabando: como as taxas de juros já não dependem do movimento interno de capitais, o movimento financeiro, que se transporta para o Estado e para a produção, dança diariamente e somente os especuladores se atiram ao risco, que não tem mais parâmetros criados pela experiência; não há mais acumulação de experiências. Daí a financeirização freqüentemente redundar em estagnação da produção material e destruição do aparato produtivo, que na periferia tem assumido os tons mais dramáticos. Freqüentemente, pois, essa pós-modernidade regride a procedimentos primários, tais como os que se passam nas favelas e nos territórios habitados pela imensa pobreza: são as relações afetivas, primárias, familiares, que ocupam o lugar do não-contrato e abrem o passo a todas as formas de violência primária, assim como também às solidariedades que poderíamos chamar, com Émile Durkheim, de mecânicas. Mais intrigante ainda: a violência se gesta nas dobras da solidariedade, como assinalou Maria Inês Caetano Ferreira em seu belo artigo já citado.

Em termos macroeconômicos, o permanente *ad hoc* requer a violência estatal permanentemente, a "exceção permanente", que poderia sugerir que o monopólio legal da violência foi reconquistado para o Estado. Longe disso, a violência permanente significa dizer que o Estado também é *ad hoc*. Operações são refeitas cotidianamente, a governabilidade é lograda graças ao uso permanente de medidas provisórias, as cláusulas contratuais são rapidamente ultrapassadas, e a arquitetura da privatização requer injeções de recursos públicos em larga escala para sustentar a reprodução do capital, como mostram o crescimento exponencial da dívida pública interna e externa e seus pesos no PIB. A indústria elétrica privatizada, com o racionamento que se impôs para evitar o apagão geral, deixou de lucrar nos termos previstos na privatização e cobrou do Estado aquilo que a "dança-de-são-guido" do mercado não pode assegurar: a realização do valor. Os custos do racionamento estão sendo pagos pelos consumidores, que racionaram – *hélas!* – seu consumo de energia elétrica, por meio de uma alíquota específica nas contas de luz outorgada por medida provisória do presidente! O Congresso leva meses para, com enorme custo e utilização dos recursos políticos do típico presidencialismo imperial brasileiro, votar um orçamento: uma

penada do Banco Central para vender títulos com correção cambial e enfrentar ondas especulativas que têm se repetido quase como norma no período torna o orçamento mera ficção, e leva à explosão da dívida pública interna[56]. Talvez o epitáfio do presidente FHC pudesse ser "Príncipe das Trevas", uma amarga ironia para quem se queria o fautor do renascimento brasileiro e que algum dia foi chamado por Glauber Rocha de "príncipe dos sociólogos".

As conseqüências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço; a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas. Mesmo apelando para outro campo teórico, as conexões de sentido são erráticas. Tudo isso se passa, conforme trabalho recente já citado de Wanderley Guilherme dos Santos, quando as condições para a consolidação das instituições políticas pelo voto cidadão são cada vez melhores.

As três coalizões formadas para a eleição presidencial de 2002 – excluindo-se a que sustenta o candidato Anthony Garotinho – sintetizam na área da política institucional o estado de indeterminação. A primeira sustenta o candidato da oposição de esquerda que mais acumulou críticas e elaborou propostas alternativas ao domínio neoliberal, Luiz Inácio Lula da Silva, e é formada pelo PT, pelo PCdoB – costumeiro aliado do PT –, pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) e pelo Partido Liberal (PL). Tem como aliados não-formais Orestes Quércia, ex-governador de São Paulo pelo PMDB e conhecido por trajetória marcada pela corrupção, e Itamar Franco, governador de Minas Gerais e sem partido. Recebeu, agora, apoio do ex-presidente José Sarney, oligarca-mor do Maranhão e formalmente do PMDB. O PL é um minúsculo partido, que fornece o vice-presidente da chapa, um líder industrial do ramo têxtil, e sua principal figura em São Paulo é um ex-líder sindical pelego anticutista. O PL, aliás, é dominado por uma confissão religiosa evangélica fundamentalista. As linhas de força entre uma pro-

---

[56] É interessante fazer uma relação entre o prejuízo do Banco Central e o lucro bancário, porque este último se compõe basicamente do resultado de operações da dívida interna pública, e o prejuízo do Bacen resulta exatamente das mesmas operações. Isso é a "autonomização" do mercado.